

Câmara poderá adiar recesso por uma semana

O recesso do Congresso Nacional, que pela Constituição deveria começar na próxima sexta-feira, poderá ser adiado por uma semana para evitar uma convocação extraordinária. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), está negociando com os líderes partidários o adiamento do início do recesso para que a edição da medida provisória sobre o real não provoque uma convocação.

A solução proposta por Inocêncio Oliveira está no adiamento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo a Constituição, o Congresso só pode entrar em recesso depois de aprovada a LDO. Por isso, o presidente da Câmara está propondo que o projeto só seja votado na semana que vem. "Se isso acontecer, a edição da medida provisória sobre o real não exigirá uma convocação, pois o Congresso não estará em recesso", explicou.

Caso os líderes partidários concordem com a proposta, até o dia 5 de julho será instalada a comissão especial que vai analisar a MP do real. "Instalada essa comissão, não há mais problemas e o Congresso pode entrar em recesso sem risco de convocação extraordinária", afirmou Inocêncio. A MP só seria votada em plenário no final de julho, o que, segundo Inocêncio, geraria uma "despesa mínima" com a convocação dos parlamentares. "É uma convocação de apenas um dia".

Copa — Em ritmo de Copa do Mundo, de campanha eleitoral e de plano econômico, o Congresso tem uma agenda bastante esvaziada para essa semana. Por causa do jogo Brasil x Suécia, amanhã, as votações importantes foram marcadas para quarta-feira.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara julga o processo contra o deputado Paulo Portugal (PP-RJ), acusado pela CPI do Orçamento de desviar recursos das subvenções sociais. O pedido de cassação do mandato de Portugal é o último processo contra parlamentares acusados de participação nas irregularidades do orçamento.

Na quarta-feira, a Câmara tenta votar os projetos que tratam de mudanças na Lei Eleitoral. O presidente da Câmara vai tentar convencer os líderes a aprovar o uso de duas urnas nas eleições de 3 de outubro. Na semana passada, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Sepúlveda Pertence, convenceu Inocêncio Oliveira da vantagem das duas urnas.

27 JUN 1994

JORNAL
O
D
E
S
P
R

2
3
4
5
6
7